

Edição Especial Meio Ambiente
Ano: XXIV N° 6694

Mala Direta
Básica

9912293447/17-DR/BSB
CÂMARA DOS
DEPUTADOS

 Correios



PT na Câmara

A FLORESTA ARDE

BOLSONARO DESTRÓI A AMAZÔNIA

BIODIVERSIDADE EM RISCO
ECONOMIA PREJUDICADA
POVOS LOCAIS AMEAÇADOS
IMAGEM DO BRASIL DESTRUÍDA

Predador, Bolsonaro destrói o País e ameaça soberania nacional

Foto: Gustavo Bezerra

A estupidez de Bolsonaro e o estímulo à exploração predatória em áreas preservadas levou ao caos que o Brasil e o mundo assistem atônitos, mas uma notícia é ainda pior: não só o Dia do Fogo foi feito em nome de Bolsonaro, como o governo foi notificado sobre a ação criminosa e nada fez. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sequer recebeu retorno para que a Força Nacional de Segurança atuasse na região. Só mais de 20 dias depois da Amazônia arder em chamas, providências começaram a ser adotadas.

Se não bastasse incitar, estimular ódio e ilegalidades, e acusar sem provas, agora se omitir? É crime de improbidade administrativa! No pronunciamento em cadeia de rádio e TV, Bolsonaro não só fugiu à responsabilidade, como voltou a espalhar mais mentiras, culpando clima quente e falta de chuvas pelas queimadas. Chegou a dizer que o governo é “de tolerância zero com a criminalidade e na área ambiental não será diferente”. Não é verdade!

Na campanha, já dizia que ia acabar com a “indústria da multa” do Ibama. Aliás, a proposta de Fernando Haddad era totalmente oposta, enquanto um defendia a exploração da região, nós, o desmatamento zero. No cargo, desmontou a fiscalização - as autuações caíram 38,7% no caso de queimadas e desmatamento, 42,4% nos estados da Amazônia Legal, segundo a BBC News Brasil. A ofensiva foi implacável, operações foram anunciadas para dar tempo aos criminosos e o decreto 9.760 veio para ser a pá de cal, criou-se o Núcleo



de Conciliação Ambiental para perdoar multas. Para completar, o corte no orçamento foi de R\$ 187 milhões e o Serviço Florestal foi parar na pasta da Agricultura.

O PT já provou que é possível crescer de forma sustentável. “As mudanças na Amazônia brasileira na década passada e sua contribuição para retardar o aquecimento global não têm precedentes”, disse a Organização das Nações Unidas. Não só houve desestímulo aos crimes ambientais, como foram criados instrumentos de proteção. O

abismo que separa os governos do PT e Bolsonaro é enorme. Lula tratou o meio ambiente como prioridade, reduzindo o desmatamento, e em 10 anos, a queda foi de 82%, já sob Bolsonaro, houve uma alta de 278% em julho.

“Lula tratou o meio ambiente como prioridade, reduzindo o desmatamento”

Demoramos muito para ter um selo ambiental e isso está sendo jogado no lixo, a produção agrícola e pecuária, o comércio e a economia brasileira, tudo será afetado. Predador,

Bolsonaro segue destruindo o País e ameaçando a soberania nacional. Ele é o responsável por agora a comunidade internacional colocar dúvidas sobre a competência do Estado brasileiro em proteger nosso meio ambiente. Por isso, ficamos gratos com o apoio, mas não podemos permitir a ingerência externa na gestão das nossas reservas. A Amazônia é nossa e não permitiremos que Bolsonaro se desfaça dela. Defender a Amazônia é defender a soberania nacional.

Gleisi Hoffmann (PR) é deputada federal e presidenta nacional do PT

Expediente

Líder da Bancada: Deputado Paulo Pimenta (RS)

Vice-Líderes: Deputados Airton Faleiro (PA); Alexandre Padilha (SP); Enio Verri (PR); Erika Kokay (DF); Helder Salomão (ES); Marcon (RS); Maria do Rosário (RS); Marília Arraes (PE); Nilto Tatto (SP); Pedro Uczai (SC); Reginaldo Lopes (MG); Rogério Correia (MG); Rui Falcão (SP) e Zé Neto (BA).

Equipe de Comunicação da Liderança do PT na Câmara - Jornalista responsável: Rogério Tomaz Jr.

Fotos: www.flickr.com/photos/ptnacamara/ - E-mail: pautaptnacamara@gmail.com



Amazônia preservada é vital para os interesses nacionais

A ignorância e o desprezo de Jair Bolsonaro ao meio ambiente transformaram o Brasil no pária ambiental do planeta. Não só por causa das chamadas em milhões de hectares de mata, mas também pelo desmatamento que se ampliou de forma vertiginosa desde a posse do capitão-presidente. Em menos de oito meses de desgoverno, uma área equivalente a 530 mil campos de futebol foi completamente destruída na Amazônia. Meio bilhão de árvores dizimadas para sempre e, junto com elas, uma biodiversidade de valor inestimável.

O número de queimadas na Amazônia aumentou 82% neste ano, se comparado ao mesmo período de 2018, de acordo com dados do Inpe. Bolsonaro, junto com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, são responsáveis diretos por esta catástrofe ambiental que choca o mundo. Um caos que é fruto dessa nova política expressa na omissão governamental em relação ao tema.

De um lado, o desmantelamento do aparato fiscalizatório, com a retirada de recursos, equipamentos de ponta, redução das equipes, especialmente de fiscais que atuavam para coibir as agressões à floresta e à vida que dela depende, incluindo indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, entre outros.

De outro, a ação de criminosos, garimpeiros, madeireiros, grileiros, latifundiários, saqueadores e outros exploradores estimulados pelas palavras do capitão para transformar a Amazônia em um deserto.

Tardiamente, depois da enorme repercussão mundial e também no Brasil, Bolsonaro resolveu tomar providências. Nem se desculpou pela omissão, mesmo diante do alerta do Ministério

Público Federal de que no dia 10 de agosto haveria o Dia do Fogo, o começo de toda a tragédia. Bolsonaro, seus retrógrados ministros e assessores de primeira hora não entendem que a Amazônia deve ser tratada como um tema prioritário, estratégico para a soberania, a segurança e o desenvolvimento nacional.

A sua rica biodiversidade, sua condição de reguladora do clima, suas reservas de água doce e minerais, seus inúmeros povos e culturas deveriam ser suficientes para a garantia de políticas de proteção. Da Amazônia depende o regime de chuvas em todo o território nacional e, por consequência, a própria atividade agropecuária no País. É uma questão de sobrevivência manter a floresta em pé e todas as suas riquezas.

Depois dos inúmeros avanços obtidos pelo País durante décadas com uma política ambiental moderna, em defesa do desenvolvimento sustentável, o Brasil presencia com Bolsonaro um inaceitável retrocesso. É hora de reagir. A Bancada do PT na Câmara se soma aos movimentos de resistência contra a destruição da Amazônia e em defesa da nossa soberania. Vamos lutar para que o Brasil mantenha seus compromissos com a agenda global de sustentabilidade, preservando nossos recursos naturais da ganância de depredadores e do grande capital. A Amazônia tem um valor inquestionável para humanidade, além de ser um dos maiores patrimônios do povo brasileiro. Defendê-la é um dever de cada cidadão.

“PT se soma aos movimentos de resistência contra a destruição da Amazônia”

Paulo Pimenta (PT-RS) é deputado federal e líder do partido na Câmara





Dias sombrios para o Meio Ambiente no Brasil

Em 19 de agosto, a natureza manifestou uma faceta pouco conhecida do povo paulistano. A capital paulista testemunhou a noite chegar já no início da tarde.

O fenômeno foi causado pela materialização das cinzas de florestas que ardem em chamas a quilômetros de distância, no Norte e Centro-Oeste do País.

De acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, fazendeiros do entorno da BR-163, no sudoeste do Pará, anunciaram no último dia 10 o “Dia do Fogo”, uma iniciativa que, segundo produtores locais, pretendia “mostrar ao Bolsonaro que os fazendeiros querem trabalhar”. O jeito que encontraram para isso foi criar uma campanha que tem levado à devastação da floresta.

No centro de tudo isso, infelizmente, não há uma mensagem de alento. Elegemos um governo que nega a ciência, atacando o Inpe; que nega os direitos dos povos tradicionais; que libera uma quantidade insuportável de agrotóxicos em um único ano; que incentiva a derrubada de florestas; que ignora o assassinato

Foto: Gabriel Paiva



de indígenas e ativistas.

O governo fomenta fenômenos como o de São Paulo ao tomar medidas como o fim da Agência Nacional de Águas; na revisão de unidades de conservação; na

flexibilização dos licenciamentos ambientais; no quadro de militares ocupando cargos de especialistas; na negação das mudanças climáticas; na exploração de petróleo e visitação descontrolada em Abrolhos e, mais recentemente, na desastrosa perda de bilhões de reais que vinham para o Fundo Amazônia, inclusive para o combate a incêndios.

Precisamos mais do que nunca do apoio dos movimentos sociais e da população brasileira como um todo. Um bom exemplo de como a sociedade pode se mobilizar é engrossarmos o caldo da Greve Global pelo Clima, que acontecerá em todo o planeta entre os dias 20 e 27/09.

É fundamental ampliar o diálogo e encontrar formas de frear os retrocessos impostos por este desgoverno. Se o Brasil queria uma pauta capaz de nos unificar, aí está ela: a defesa da vida.

Nilto Tatto (PT-SP) é deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

Salles, o “office boy” do agronegócio

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro, é a pessoa “certa” para promover as “maldades” do agronegócio: afrouxar a legislação de proteção ambiental e desmontar a estrutura de fiscalização para prevenir e flagrar crimes no campo. Condenado em 2018 por improbidade administrativa, por conta de sua atuação como secretário de Meio Ambiente de Geraldo Alckmin (PSDB) no governo paulista, Salles não tem qualquer pudor para cumprir as tarefas que são destacadas para a sua pasta, o que lhe valeu o apelido de “office boy do agronegócio”, dado pelo deputado **Nilto Tatto (PT-SP)**.

“Sem nenhuma dúvida, Salles é inimigo do meio ambiente, da Amazônia, da biodiversidade e dos povos tradicionais e movimentos sociais no campo e na floresta. Ele não passa de um mero serviçal dos empresários do agronegócio”, diz o deputado **João Daniel (PT-SE)**, coordenador do Núcleo Agrário da Bancada do PT.

Foto: Lula Marques



Desmonte na política de controle ambiental pode acabar com a Amazônia

Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência da República, o meio ambiente está em constante ameaça e sofre com o desmonte da política ambiental. O Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, importantes órgãos de fiscalização, passam por desmontes e cortes no orçamento.

“Na Amazônia não tem mais o Ibama, todas as superintendências estão sem direção, sem comando, estão totalmente desaparelhadas. O [Instituto] Chico Mendes está abandonado. Os fazendeiros, grileiros, estão acabando com a floresta”, denunciou o deputado **Célio Moura (PT-TO)**.

O Fundo Amazônia corre o risco de ser extinto já que os principais países que contribuíam com o fundo, Noruega e Alemanha, anunciaram a suspensão dos repasses. O fundo é essencial para a fiscalização e combate do desmatamento ilegal realizado

pelo Ibama e outras autoridades de segurança e do meio ambiente. O dinheiro ainda ajuda a pagar os sistemas oficiais de monitoramento do desmatamento do Inpe, também atacado pelo atual governo.

Para o deputado Célio Moura, as ações do governo são uma verdadeira catástrofe e afetam aqueles que realmente trabalham na proteção da floresta, das águas e povos tradicionais. “Eu moro na Amazônia, só quem já viu uma árvore centenária ser derrubada pode saber a tristeza que dá. Precisamos denunciar no Brasil e para o mundo. A Amazônia corre o risco de ser exterminada, nós não teremos as florestas que são o pulmão do mundo”, desabafou o parlamentar.



Mineração em terras indígenas é ilegal e danosa ao meio ambiente, alerta Loubet

O deputado **Vander Loubet (PT-MS)** é totalmente contrário à proposta de Jair Bolsonaro de abrir as áreas indígenas à exploração mineral. “As terras indígenas são áreas onde a vegetação nativa é preservada, e a mineração, ao contrário, gera um enorme impacto ambiental”, destacou.

Ele lembrou que a população brasileira é majoritariamente contrária à mudança defendida pelo atual governo. Segundo pesquisa Datafolha, divulgada no começo de agosto, 86% das pessoas reprovam que empresas pratiquem a exploração mineral nas áreas indígenas.

O deputado sul-mato-grossense ressaltou ainda que os povos indígenas também são contrários à proposta de Bolsonaro. “Em Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena



Foto: Divulgação

do País, várias lideranças – como o advogado indígena Luiz Eloy Terena – já declararam que a relação dos índios com suas terras é de preservação das matas e dos recursos naturais. Essas lideranças já denunciaram que o governo Bolsonaro está tentando cooptar alguns indígenas a aceitarem a mineração para promover divisão no movimento dos povos tradicionais”, disse Vander Loubet.

O parlamentar fez questão de ponderar que o objetivo do debate não é o de criminalizar a mineração no Brasil, mas sim proteger os indígenas e suas terras. “A atividade de mineração deve ser realizada nas áreas já previstas pela lei em vigor. É uma afronta aos povos tradicionais e ao meio ambiente querer liberar a mineração nas reservas indígenas”, frisou.

Bolsonaro inviabiliza ações de desenvolvimento sustentável mantidas pelo Fundo Amazônia

A política de ataque ao meio ambiente do governo Bolsonaro atingiu a principal fonte de captação de recursos voltada à proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Criado em 2008, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Fundo Amazônia perdeu recentemente cerca de R\$ 288 milhões em repasses de seus principais doadores, a Noruega e a Alemanha, por conta da disposição de o governo Bolsonaro alterar a destinação dos recursos. O governo queria que o montante pudesse ser destinado ao pagamento de indenizações a donos de terras desapropriadas na região.

Por conta do impasse, a Noruega - principal doadora do fundo - cortou aproximadamente R\$ 133 milhões. Nos últimos dez anos o país escan-

Foto: Gabriel Paiva



dinavo repassou R\$ 3,1 bilhões para a iniciativa. Já a Alemanha, que contribuiu com R\$ 200 milhões nos últimos anos, cortou R\$ 155 milhões. Para o deputado **José Ricardo (PT-AM)**, essa ajuda vai fazer falta para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

“Essa contribuição é muito importante para as ações de preservação do meio ambiente, para evitar o desmatamento e queimadas,

e também para ações de desenvolvimento sustentável voltado a comunidades ribeirinhas e tradicionais, como indígenas e quilombolas. Na hora em que esses recursos deixam de existir, isso afeta projetos públicos e da sociedade civil, além de pesquisas, custeadas por esses recursos. O Fundo da Amazônia vai fazer falta, e é lamentável que o atual governo tenha contribuído para isso”.

Povos tradicionais são vítimas da destruição de políticas públicas na área ambiental

O deputado **Beto Faro (PT-PA)** avaliou que os desmatamentos e as queimadas que destroem a Amazônia são consequências do desmonte das políticas públicas, que afetam as comunidades tradicionais da região. “Esse governo desmonta a estrutura de Estado que protegia e promovia política pública para as populações tradicionais”, lamentou.

Para Beto Faro, com a anuência do atual governo, as pessoas promovem o desmatamento e as queimadas, em um curto espaço de tempo, enquanto Bolsonaro oferece guarida a esses crimes.

O desmatamento tende a se agravar “por não haver política de Estado, repressão quando precisa, e não ter fiscalização e política para os agricultores nessas áreas, como tínhamos em governos anteriores”, lembrou Faro.

Para exemplificar o desmonte, Beto Faro citou o Bolsa Verde de apoio à conservação ambiental, criado em 2011, por Dilma Rousseff. “Era um pro-

grama que permitia às pessoas protegerem as áreas. Isso tudo foi desmontado”, criticou.

Além disso, o deputado contou que a estrutura do Ibama para acompanhar, fiscalizar e punir aqueles que desmatam e queimam também está sendo destruída. “A estrutura do Inkra, observou, também foi paralisada nesses sete meses de governo”, denunciou Beto Faro.

Foto: Gustavo Bezerra



Desmatamento pode prejudicar exportações do agronegócio à União Europeia

Foto: Gustavo Bezerra

Além dos danos ambientais, a irresponsabilidade do governo Bolsonaro com a preservação do meio ambiente na região Amazônica pode atingir diretamente o principal setor exportador do País, o agronegócio. Responsável pela exportação de produtos para a União Europeia (UE) como farelo e óleo de soja, café e soja em grãos, além



da carne bovina, o agronegócio brasileiro está ameaçado por sanções comerciais de países como França, Finlândia e Irlanda. Os três ameaçam impor barreiras a produtos brasileiros, e não ratificar o acordo entre o Mercosul e a UE, por conta do aumento vertiginoso do desmatamento na Amazônia.

Para o deputado **Airton Faleiro (PT-PA)**, a única forma de evitar esse prejuízo financeiro ao Brasil é uma mudança radical na ótica do governo Bolsonaro e de setores radicais que desmatam a região. “O braço inteligente do agronegócio, que produz respeitando a natureza e a legislação ambiental, não pode embarcar na onda do governo e do outro segmento que, respectivamente, incentivam e destroem a Amazônia. Isso pode acabar levando o

Brasil a perder contratos de venda de seus produtos. Esse é o chamamento que faço, não só do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista econômico”, afirmou.

Repercussão

Na última sexta-feira (23), em nome do governo finlandês, o ministro das Finanças do país, Mika Lintila, sugeriu que a União

Europeia suspendesse a importação de carne brasileira para a Europa por causa do desmatamento na Amazônia. A Finlândia ocupa atualmente a presidência rotativa da UE.

No mesmo dia, o presidente francês - Emmanuel Macron - também ameaçou se opor ao acordo entre o bloco europeu e o Mercosul por conta da devastação da Amazônia. A atitude foi seguida pelo primeiro-ministro da Irlanda, Leo Varadkar, que avisou que seu país não assinará o acordo caso o “Brasil não cumpra seus compromissos ambientais”.

O acordo entre o Mercosul e a União Europeia demorou 20 anos para ser fechado, e para entrar em vigor precisa da aprovação dos países membros dos dois blocos.

Mídia internacional noticia crimes provocados por Bolsonaro na Amazônia



Os principais veículos jornalísticos do mundo cobriram o tema e apontaram a responsabilidade do governo Bolsonaro. “A devastação da Amazônia: Um tesouro global está à mercê do menor, mais maçante e insignificante dos homens”, diz artigo publicado no The New York Times. “Desmatamento na Amazônia brasileira aumenta e bate recordes em agosto”, estampou o The Guardian.

“O mundo está perplexo não apenas com o recorde de queimadas, mas, principalmente, com o comportamento irresponsável e juvenil do presidente do Brasil, que preferiu negar os fatos, acusar as ONGs e ainda bater boca nas redes sociais com o presidente da França”, comentou o deputado **Paulo Guedes (PT-MG)**.

Foto: Lula Marques



Bolsonaro é a verdadeira ameaça à soberania nacional e à Amazônia

Foto: Gustavo Bezerra

A melhor maneira de defender a soberania nacional e exercê-la na Amazônia é preservar integralmente a floresta da ameaça de desmatadores e outros depredadores, decretando-se desmatamento zero. Essa é a opinião do deputado **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**, ao rebater a tese do presidente Jair Bolsonaro de que a soberania estaria ameaçada em razão de críticas de potências estrangeiras à inação do governo brasileiro na defesa da floresta Amazônica.

Chinaglia observou que uma das principais ameaças à soberania brasileira é o próprio Bolsonaro, que já anunciou a intenção de abrir a Amazônia a empresas dos EUA. “Soberania significa projeto de desenvolvimento nacional sob controle do Estado brasileiro, não sob o poderio econômico dos EUA”, ressaltou o parlamentar. Ele frisou que a soberania é um valor inegociável e se aplica a todo o território nacional.

Na opinião de Chinaglia, há “instrumentalização interpretativa” de que algum país pode invadir a Amazônia, tese alimentada há décadas. Ele lembrou que a floresta amazônica engloba outros sete países, além da Guiana Francesa. “Vão invadir oito países e o território francês?”, ironizou o deputado. Chinaglia defendeu a recuperação de áreas degra-



dadas (cerca de 200 mil km²) e adoção do desmatamento zero. “As Forças Armadas têm que ser utilizadas para impedir o desmatamento e ainda têm o papel de zelar pelas fronteiras e as riquezas nacionais, como a imensurável biodiversidade amazônica”.

Ele criticou quem acha que a destruição da floresta, por intermédio do agronegócio, significa garantir a soberania. “Acabar com a floresta significa alterar todo o regime de chuvas, ameaçando a população e o próprio agronegócio, com impacto global no meio ambiente”, alertou.

Ele lembrou que as queimadas liberaram milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. A floresta amazônica estoca hoje o equivalente a 100 anos de emissões de CO₂ dos EUA, a maior economia do planeta.

Governo reage à crise na Amazônia com mentiras e arranha imagem do Brasil no exterior

Foto: Gabriel Paiva

De sua posse como presidente até o dia 23 de agosto, Jair Bolsonaro deu 256 declarações com informações falsas ou distorcidas. Nestes 234 dias em que a agência de checagem Aos Fatos fez o levantamento sobre as mentiras de Bolsonaro, a obsessão para atacar a oposição ao seu governo – ou qualquer pessoa que discorde de suas ideias – se mostrou um tema sem concorrência.

Na crise da Amazônia, a lógica é a mesma. O presidente apontou ONGs como responsáveis pelas queimadas; acusou a Alemanha de ter acabado suas florestas, ignorando que é um dos países europeus que mais preservou sua cobertura vegetal; e atacou a Noruega usando vídeo de um



episódio ocorrido na Dinamarca. O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que Bolsonaro mentiu quando os dois trataram do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, em julho, e discutiram compromissos em temas ambientais.

Para a deputada Professora **Rosa Neide (PT-MT)**, o governo mudou o conceito de sustentabilidade da Amazônia na gestão de Bolsonaro, que passou a estimular as queimadas. “Bolsonaro verbalizou ignorâncias que nos envergonham diante do mundo. São mentiras contundentes que induziram cidadãos a atear fogo no bem mais precioso que temos, a floresta Amazônica”, criticou.